

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Em 31 de dezembro de 2016  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Contábeis Regulatórias

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Outros assuntos**

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	32.555	21.086
Concessionárias e permissionárias	<b>7</b>	20.975	19.454
Estoques		1.831	2.806
Adiantamento a fornecedores		901	963
Impostos a recuperar		368	156
Outros ativos circulantes		1.545	330
		<b>58.175</b>	<b>44.795</b>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	<b>10</b>	8.612	8.525
Imobilizado não vinculado à concessão		876	962
Imobilizado	<b>8</b>	231.301	241.252
Intangível	<b>9</b>	925	961
		<b>241.714</b>	<b>251.700</b>
		<b>299.889</b>	<b>296.495</b>

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		190	287
Fornecedores - partes relacionadas	<b>23</b>	6	8
Empréstimos - terceiros	<b>11</b>		-
Empréstimos - partes relacionadas		-	77.666
Tributos e contribuições sociais	<b>12</b>	30.037	24.983
Taxas regulamentares	<b>13</b>	8.433	7.418
Dividendos propostos	<b>15</b>	875	19.891
Outros passivos circulantes		1.854	1.589
		<b>41.395</b>	<b>131.842</b>
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		2.378	1.661
Provisão para contingências	<b>14</b>	5.400	5.389
Outros passivos não circulantes		4.647	3.748
		<b>12.425</b>	<b>10.798</b>
Patrimônio líquido	<b>15</b>		
Capital social		82.518	82.518
Reservas de lucros		221.613	154.132
Reserva legal		16.979	16.979
Prejuízo acumulado		(75.041)	(99.774)
		<b>246.069</b>	<b>153.855</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>299.889</b>	<b>296.495</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	<b>16</b>	166.088	164.334
Custo da operação	<b>17</b>	<u>(20.325)</u>	<u>(19.380)</u>
Lucro bruto		145.763	144.954
Despesas gerais e administrativas	<b>18</b>	(11.709)	(9.448)
Outras receitas operacionais líquidas	<b>20</b>	<u>44</u>	<u>90</u>
Lucro antes do resultado financeiro		134.098	135.596
Resultado financeiro	<b>21</b>	<u>12.965</u>	<u>(46.695)</u>
Receita financeira		20.947	23.782
Despesa financeira		(7.982)	(70.477)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>147.063</u>	<u>88.901</u>
Imposto de renda e contribuição social		(34.865)	(30.515)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>112.198</b></u>	<u><b>58.386</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	112.198	58.386
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b><u>112.198</u></b>	<b><u>58.386</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)</b>	<b>82.518</b>	<b>16.979</b>	<b>134.242</b>	<b>(118.379)</b>	<b>115.360</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.386	58.386
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	19.890	(19.890)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(19.891)	(19.891)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>82.518</b>	<b>16.979</b>	<b>154.132</b>	<b>(99.774)</b>	<b>153.855</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	112.198	112.198
Dividendos propostos pagos	-	-	(19.109)	-	(19.109)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	86.590	(86.590)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(875)	(875)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>82.518</b>	<b>16.979</b>	<b>221.613</b>	<b>(75.041)</b>	<b>246.069</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>147.063</b>	<b>88.901</b>
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	(11.028)	49.929
Depreciação e amortização	11.049	10.969
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.242)
Provisão para contingências	11	175
Provisão para medidas compensatórias	717	119
Outras provisões	899	
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(1.521)	2.113
Estoques	976	(698)
Tributos e contribuições compensáveis	(213)	(13)
Adiantamentos a fornecedores	62	181
Outros ativos	(1.300)	(1.006)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(98)	(129)
Tributos e contribuições sociais	(1.247)	(16.556)
Impostos pagos	(28.565)	(29.036)
Juros pagos	(1.249)	(3.628)
Taxas regulamentares	1.015	1.050
Outros passivos	229	1.267
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>116.800</b>	<b>102.396</b>
(Aquisição) baixa de imobilizado e intangível	(942)	1.378
<b>Fluxo de caixa ( aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(942)</b>	<b>1.378</b>
Empréstimos captados	-	124.418
Empréstimos pagos	(65.389)	(226.831)
Dividendos pagos	(39.000)	(30.829)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(104.389)</b>	<b>(133.242)</b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.469</b>	<b>(29.468)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>21.086</b>	<b>50.554</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>32.555</b>	<b>21.086</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1. Da concessão**

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.

#### **1.2. Receita anual permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$52.000.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$174.348 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 193.133 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

As DCRs foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja notas explicativas 8 - Imobilizado e 9. - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **3.2. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **4.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.5. Impostos**

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **4.6. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

#### **Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.8. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **4.9. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

### Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

#### **4.10. Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>58.175</b>	<b>(168.383)</b>	<b>226.558</b>	<b>44.795</b>	<b>(173.916)</b>	<b>218.711</b>
Caixa e equivalentes de caixa		32.555	-	32.555	21.086	-	21.086
Concessionárias e permissionárias		20.975	-	20.975	19.454	-	19.454
Adiantamentos a fornecedores		901	-	901	963	-	963
Impostos a recuperar		368	-	368	156	-	156
Estoques		1.831	-	1.831	2.806	-	2.806
Ativo financeiro amortizável	<b>a</b>	-	(168.383)	168.383	-	(173.916)	173.916
Outros ativos circulantes		1.545	-	1.545	330	-	330
Ativo não circulante		<b>241.714</b>	<b>41.557</b>	<b>200.157</b>	<b>251.700</b>	<b>26.225</b>	<b>225.475</b>
Ativo financeiro amortizável	<b>a</b>	-	(190.344)	190.344	-	(215.539)	215.539
Outros ativos não circulantes		8.612	-	8.612	8.525	-	8.525
Imobilizado não vinculado à concessão		876	-	876	962	-	962
Imobilizado	<b>b</b>	231.301	231.135	166	241.252	240.997	255
Intangível	<b>b</b>	925	766	159	961	767	194
		<b>299.889</b>	<b>(126.826)</b>	<b>426.715</b>	<b>296.495</b>	<b>(147.691)</b>	<b>444.186</b>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	<b>41.395</b>	-	<b>41.395</b>	<b>131.842</b>	-	<b>131.842</b>
Fornecedores terceiros	190	-	190	287	-	287
Fornecedores partes relacionadas	6	-	6	8	-	8
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	77.666	-	77.666
Tributos e contribuições sociais	30.037	-	30.037	24.983	-	24.983
Taxas regulamentares	8.433	-	8.433	7.418	-	7.418
Dividendos propostos	875	-	875	19.891	-	19.891
Outros passivos circulantes	1.854	-	1.854	1.589	-	1.589
Passivo não circulante	<b>12.425</b>	<b>(51.785)</b>	<b>64.210</b>	<b>10.798</b>	<b>(47.917)</b>	<b>58.715</b>
Outras provisões - compensação ambiental	2.378	-	2.378	1.661	-	1.661
Provisão para contingências	5.400	-	5.400	5.389	-	5.389
Tributos diferidos	-	(51.785)	51.785	-	(47.917)	47.917
Outros passivos não circulantes	4.647	-	4.647	3.748	-	3.748
Patrimônio líquido	<b>246.069</b>	<b>(75.041)</b>	<b>321.110</b>	<b>153.855</b>	<b>(99.774)</b>	<b>253.629</b>
Capital social	82.518	-	82.518	82.518	-	82.518
Reserva de lucros	221.613	-	221.613	154.132	-	154.132
Reserva legal	16.979	-	16.979	16.979	-	16.979
Prejuízo acumulado	(75.041)	(75.041)	-	(99.774)	(99.774)	-
	<b>299.889</b>	<b>(126.826)</b>	<b>426.715</b>	<b>296.495</b>	<b>(147.691)</b>	<b>444.186</b>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	166.088	30.726	135.362	164.334	20.663	143.671
Custo da operação	e	(20.325)	(9.862)	(10.463)	(19.380)	(11.410)	(7.970)
Lucro bruto		<u>145.763</u>	<u>20.864</u>	<u>124.899</u>	<u>144.954</u>	<u>9.253</u>	<u>135.701</u>
Despesas gerais e administrativas		(11.709)	-	(11.709)	(9.448)	-	(9.448)
Outras (despesas) / receitas operacionais		44	-	44	90	-	90
Resultado antes do resultado financeiro		<u>134.098</u>	<u>20.864</u>	<u>113.234</u>	<u>135.596</u>	<u>9.253</u>	<u>126.343</u>
Resultado financeiro		<u>12.965</u>	<u>-</u>	<u>12.965</u>	<u>(46.695)</u>	<u>-</u>	<u>(46.695)</u>
Receita financeira		20.947	-	20.947	23.782	-	23.782
Despesa financeira		(7.982)	-	(7.982)	(70.477)	-	(70.477)
Lucro antes dos impostos		<u>147.063</u>	<u>20.864</u>	<u>126.199</u>	<u>88.901</u>	<u>9.253</u>	<u>79.648</u>
Imposto de renda e contribuição social	c	(34.865)	3.870	(38.735)	(30.515)	9.352	(39.867)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>112.198</u></u>	<u><u>24.734</u></u>	<u><u>87.464</u></u>	<u><u>58.386</u></u>	<u><u>18.605</u></u>	<u><u>39.781</u></u>

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### d) Receita

#### **Receita de operação e manutenção**

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

#### **Receita de construção**

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

#### **Remuneração dos ativos financeiros**

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societária. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

### e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	8	9
Banco	455	325
Aplicações financeiras	32.092	20.752
	<u><b>32.555</b></u>	<u><b>21.086</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	17.925	16.839
Vencidas até 30 dias	65	22
Vencidas até 60 dias	47	82
Vencidas até 90 dias	26	126
Vencidas até 120 dias	39	74
Vencidas até 180 dias	1	2.311
Vencidas há mais de 180 dias	2.987	115
	<u>21.090</u>	<u>19.569</u>
(-) PCLD	(115)	(115)
	<u><b>20.975</b></u>	<u><b>19.454</b></u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2016:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(115)	(1.357)
Reversão	-	1.242
Adição	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u><b>(115)</b></u>	<u><b>(115)</b></u>



## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 8. Imobilizado

#### 8.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf.(c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>367.801</b>	-	-	<b>217</b>	<b>368.018</b>	<b>217</b>	<b>(140.960)</b>	<b>227.058</b>	<b>237.641</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.666	-	-	-	4.666	-	(2.336)	2.330	2.487
Máquinas e equipamentos	362.361	-	-	157	362.518	157	(138.111)	224.407	234.810
Veículos	535	-	-	54	589	54	(334)	255	274
Móveis e utensílios	239	-	-	6	245	6	(179)	66	70
<b>Administração</b>	<b>428</b>	-	-	<b>82</b>	<b>509</b>	<b>82</b>	<b>(371)</b>	<b>138</b>	<b>150</b>
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	37	-	-	82	119	82	(69)	50	11
Veículos	339	-	-	-	339	-	(283)	56	103
Móveis e utensílios	52	-	-	-	51	-	(19)	32	36
	<b>368.229</b>	-	-	<b>299</b>	<b>368.527</b>	<b>299</b>	<b>(141.331)</b>	<b>227.196</b>	<b>237.791</b>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf.(c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>3.358</b>	<b>1.214</b>	<b>(272)</b>	<b>(223)</b>	<b>4.077</b>	<b>719</b>	-	<b>4.077</b>	<b>3.357</b>
Máquinas e equipamentos	12	198	-	(157)	53	41	-	53	12
Outros	3.346	1.016	(272)	(66)	4.024	678	-	4.024	3.345
<b>Administração</b>	<b>103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(76)</b>	<b>28</b>	<b>(76)</b>	-	<b>28</b>	<b>104</b>
Máquinas e equipamentos	23	-	-	(13)	12	(13)	-	12	24
Outros	80	-	-	(63)	17	(63)	-	17	80
	<b>3.461</b>	<b>1.214</b>	<b>(272)</b>	<b>(299)</b>	<b>4.105</b>	<b>643</b>	-	<b>4.105</b>	<b>3.461</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>371.690</b>	<b>1.214</b>	<b>(272)</b>	<b>-</b>	<b>372.632</b>	<b>942</b>	<b>(141.331)</b>	<b>231.301</b>	<b>241.252</b>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 8.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido 2016	Valor líquido 2015
Transmissão	7,81%	368.018	(140.960)	227.058	237.641
Administração	7,51%	509	(371)	138	150
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.246	(370)	876	962
		<b>369.773</b>	<b>(141.701)</b>	<b>228.072</b>	<b>238.753</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 8.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

<b>Adições do ativo imobilizado em curso</b>	<b>Material e equipamentos</b>
Máquinas e equipamentos	198
Material em depósito	980
Adiantamentos a fornecedores	36
	<b>1.214</b>

### 8.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço 2016

<b>Descrição do bem</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
Ventilador tb-v100 com grade frontal	Maquinas e equipamentos	137
Bba man 12cc c/val dir s/alv	Veículos	20
Bba man 12cc c/val dir s/alv	Veículos	20
Cesto individual fibra	Maquinas e equipamentos	12
Iolan sts8 secure terminal	Maquinas e equipamentos	8
Radio controle remoto rlc 01	Veículos	7
Radio controle remoto rlc 01	Veículos	7
Estação de trabalho	Moveis e utensilios	6
<b>Administração</b>		
Microcomputador portatil dell latitude 14	Equipamento de informatica	2
Servidor r410 com software kace k100s	Equipamento de informatica	20
Servidor r420 com software kace k2100s	Equipamento de informatica	10
Serviço tecnico	Equipamento de informatica	12
Serviço tecnico	Equipamento de informatica	22
Microcomputador portatil dell latitude 14 e545	Equipamento de informatica	6
Microcomputador portatil dell latitude 14 e545	Equipamento de informatica	6
Microcomputador portatil dell latitude 14 e5450	Equipamento de informatica	6

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9. Intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf.(c)	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Ativo intangível em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>786</b>	-	-	<b>2</b>	<b>788</b>	<b>2</b>	<b>(22)</b>	<b>766</b>	<b>764</b>
Servidões	764	-	-	2	766	2	-	766	764
Softwares	22	-	-	-	22	-	(22)	-	-
<b>Administração</b>	<b>104</b>	-	-	<b>32</b>	<b>136</b>	<b>32</b>	<b>(83)</b>	<b>53</b>	<b>57</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	104	-	-	32	136	32	(83)	53	57
	<b>890</b>	-	-	<b>34</b>	<b>924</b>	<b>34</b>	<b>(105)</b>	<b>819</b>	<b>821</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>2</b>	-	-	<b>(2)</b>	<b>(0)</b>	<b>(2)</b>			
Servidões	2	-	-	(2)	(0)	(2)			
<b>Administração</b>	<b>138</b>	-	-	<b>(32)</b>	<b>106</b>	<b>(32)</b>			
Servidões	-	-	-	-	-	-			
Softwares	138	-	-	(32)	106	(32)			
	<b>140</b>	-	-	<b>(34)</b>	<b>106</b>	<b>(34)</b>			
<b>Ativo Intangível</b>	<b>1.030</b>	-	-	-	<b>1.030</b>	-			

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	0,15%	788	(22)	766	764
Administração	10,00%	136	(82)	54	57
		<b>924</b>	<b>(104)</b>	<b>810</b>	<b>821</b>

## 10. Outros ativos não circulantes

	2016	2015
Reembolsos - Contingências (i)	5.292	5.214
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa 23)	86	87
Outros	3.234	3.224
	<b>8.612</b>	<b>8.525</b>

- (i) Em 16 de maio de 2010 a SGBH celebrou contrato de compra e venda de ações (o "Contrato") para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da PCTE junto a Elecnor Transmissão de Energia S.A. Elecnor S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Cobra Instalaciones y Servicios S.A., Isolux Energia e Participações S.A., Grupo Isolux Corsán S.A. (partes vendedoras e intervenientes).

Por meio deste contrato e seus respectivos aditamentos, as vendedoras se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos à quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas acima listadas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis na nota explicativa 14.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 11. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venc.	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2016	2015
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2016	Mensal	-	Mensal	Bullet	N/A	Libor + 2,20% a.a.	-	77.666
									-	<b>77.666</b>
Circulante									-	77.666
									-	<b>77.666</b>

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 07 de abril de 2015, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,20% a.a. no mesmo montante de USD 39.750.000, correspondente a R\$ 124.417.500, com pagamentos de principal e juros em parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 04/09/2016.

Em 04 de setembro de 2016, a empresa pagou a última parcela de amortização do empréstimo com a SGID.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	21.292	17.671
CSLL	7.869	6.561
PIS	88	77
COFINS	411	362
Outros	377	312
	<u><b>30.037</b></u>	<u><b>24.983</b></u>

### 13. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	475	853
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	293	317
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	7.665	6.248
	<u><b>8.433</b></u>	<u><b>7.418</b></u>

#### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

#### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017.

#### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.



## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 14. Provisão para contingências

#### Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fiscal	5.214	5.214
Trabalhista	186	175
	<u><b>5.400</b></u>	<u><b>5.389</b></u>

#### Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cível	147	174
Fiscal	69.937	40.887
	<u><b>70.084</b></u>	<u><b>41.061</b></u>

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$82.518, dividido em 82.518.088 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH-E	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><b>100%</b></u>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos anos de 2016 e 2015 não foi constituída a reserva legal, pois foi atingido o limite previsto pela Lei das Sociedades por Ações.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício/ Base de cálculo	87.464	39.782
Reserva Legal	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>875</u>	<u>19.891</u>

Em 15 de agosto de 2016 a Administração pagou R\$ 14.000 decorrente dos dividendos provisionados em 2015. O valor remanescente, no total de R\$ 5.891 foi quitado em 01 de novembro de 2016. Na mesma data foram pagos R\$ 19.109 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros.

## 16. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	<u>179.492</u>	<u>177.216</u>
Receita rateio de antecipação	11.719	13.980
Receita de encargos de transmissão	179.571	166.579
Receita de novas obras RBNI	4.388	4.328
Receita de CCT	-	-
Parcela ajuste do ciclo anterior	(15.739)	(7.493)
Indisponibilidade de equipamentos	(447)	(178)
Deduções da receita operacional	<u>(13.404)</u>	<u>(12.882)</u>
PIS	(1.167)	(1.152)
COFINS	(5.385)	(5.316)
ISS	(5)	-
P&D	(1.661)	(1.640)
RGR	(4.487)	(4.430)
TFSEE	(699)	(344)
	<u>166.088</u>	<u>164.334</u>

## 17. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(5.242)	(4.522)
Material	(576)	(1.530)
Serviços de terceiros	(1.620)	(595)
Depreciação e amortização	(10.799)	(10.786)
Gastos diversos	(1.792)	(1.411)
Outros	(296)	(536)
	<u>(20.325)</u>	<u>(19.380)</u>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(6.160)	(4.959)
Administradores	(2.181)	(2.469)
Material	(22)	(52)
Serviços de terceiros	(670)	(691)
Arrendamentos e aluguéis	(82)	(105)
Doações	(1.414)	(1.093)
Provisão/reversão	(472)	262
Tributos	(6)	(30)
Depreciação e amortização	(129)	(105)
Outras	(573)	(206)
	<u><b>(11.709)</b></u>	<u><b>(9.448)</b></u>

### 19. Despesas com pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	3.537	2.952
Encargos	1.091	986
Despesas rescisórias	5	5
Benefícios	609	579
	<u><b>5.242</b></u>	<u><b>4.522</b></u>
<u>Pessoal - administração</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	3.273	2.437
Encargos	1.608	1.205
Benefícios	389	374
Outros	890	943
Administradores	2.181	2.469
	<u><b>8.341</b></u>	<u><b>7.428</b></u>
	<u><b>13.583</b></u>	<u><b>11.950</b></u>

### 20. Outras (despesas) / receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas da prestação de serviços	181	150
Demais receitas e rendas	11	36
Depreciação	(121)	(79)
Tributo sobre a receita	(18)	(17)
Outros	(9)	-
	<u><b>44</b></u>	<u><b>90</b></u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 21. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita financeira</b>	<b>20.947</b>	<b>23.782</b>
Receitas de aplicações financeiras	3.406	4.990
Variações cambiais ativas	17.658	18.855
Outras receitas financeiras	(117)	(61)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(7.982)</b>	<b>(70.477)</b>
Variações cambiais passivas	-	(65.402)
Juros sobre empréstimos - terceiros	-	(797)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(6.630)	(2.579)
Outras despesas financeiras	(1.352)	(1.699)
	<b>12.965</b>	<b>(46.695)</b>

### 22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### 22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.555	21.086
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos a fornecedores		901	963
Concessionárias e permissionárias	7	20.975	19.454
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos	11	-	77.666
Fornecedores - terceiros		190	287
Fornecedores - partes relacionadas	23	6	8

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

### 23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

#### 23.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores (i)	6	8
Empréstimos com a SGID	-	77.666

#### 23.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de aluguel (i)	65	59
Despesa de juros com empréstimos com a SGID	1.279	2.579

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

### 24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### 25. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2017 foi realizada reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. A SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas por suas investidas, ETEE e ETIM, respectivamente. Ambas as empresas não possuíam operação relevante além do investimento nas duas transmissoras e a incorporação reversa não gerou impactos operacionais significativos. Ambas as operações societárias foram aprovadas através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016.